

MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**MME**  
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

SECRETARIA NACIONAL DE  
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA  
E PLANEJAMENTO

# DIRETRIZES PRINCIPAIS NA REGULAMENTAÇÃO DO H<sub>2</sub>

pós Leis nº 14.948 e 14.990

**PNH<sub>2</sub>**  
Programa Nacional  
do Hidrogênio

**HIDROGÊNIO**

**HIDROGÊNIO**

**HIDROGÊNIO**

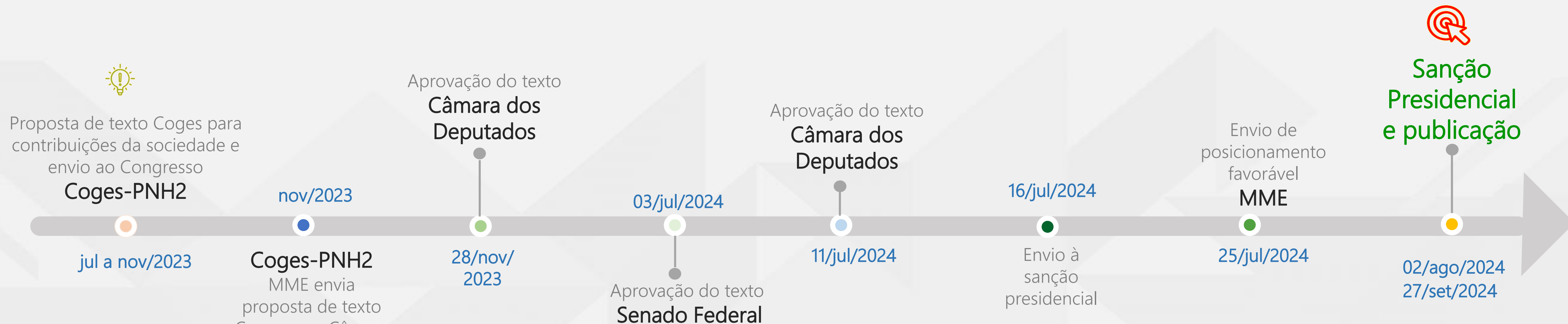
13 de março de 2025



# Contexto



# Trajetoira do Marco Legal do Hidrogênio



# De onde partimos?

### Coges-PNH2 inicia atividades para elaboração da proposta do decreto regulamentar da Lei do Hidrogênio

Projeto de Lei do Hidrogênio foi sancionado pelo presidente Lula ao lado do ministro Alexandre Silveira, no Ceará; a Lei traz uma série de iniciativas para desenvolver essa indústria no Brasil

Publicado em 08/08/2024 17h08

Compartilhe:

f

in

whatsapp

share



14ª Reunião do Coges-PNH2 - Foto: Ricardo Botelho | MME

Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), iniciou, nesta quinta-feira (08/08), as atividades para proposição do decreto regulamentar da Lei 14.948/2024, que cria o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono no Brasil. A 14ª Reunião do Coges-PNH2 contou com a participação do deputado federal Arnaldo Jardim, relator do projeto de lei no Congresso Nacional.

14ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 08/AGO/2024</li><li>• Tema: informes MME; apresentação Mfaz; MCTI e Aneel</li></ul>
15ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 14/AGO/2024</li><li>• Apresentação Veirano advogados e CCEE</li></ul>
16ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 21/AGO/2024</li><li>• Apresentação ABIHV e ABH2</li></ul>
17ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 30/AGO/2024</li><li>• Maria João Rolim advogados e PSR</li></ul>
18ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 11/SET/2024</li><li>• Estruturação do decreto regulamentar: disposições preliminares; PNH2; outorga.</li></ul>
19ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 17/SET/2024</li><li>• Estruturação do decreto regulamentar: outorga.</li></ul>
20ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 26/SET/2024</li><li>• Apresentação Abiquim e CNI</li></ul>
21ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 16/OUT/2024</li><li>• atividades CEM-MI G20, chamada pública Hubs de H2 e decreto regulamentar: Rehidro e PHBC</li></ul>
22ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 08/NOV/2024</li><li>• Apresentação MME sobre decreto regulamentar: certificação</li></ul>
23ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 30/JAN/2025</li><li>• Deliberação decreto regulamentar</li></ul>
24ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 07/MAR/2025</li><li>• Deliberação decreto regulamentar</li></ul>
25ª Reunião Coges-PNH2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Data: 11/MAR/2025</li><li>• Deliberação decreto regulamentar</li></ul>



# De onde partimos?

Participação de diferentes  
agentes do setor

ABHIV, ABH2, Abiquim, CNI

ANP  
Aneel  
CCEE

escritórios de advocacia

17 reuniões  
técnicas



ARTICULAÇÃO

## Coges-PNH2 recebe contribuições para elaboração de decreto regulamentar ao Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono

O diálogo aberto com agentes do setor é importante para tratar da regulamentação infralegal.

Publicado em 14/08/2024 21h06

Compartilhe: [f](#) [in](#) [wa](#) [at](#)



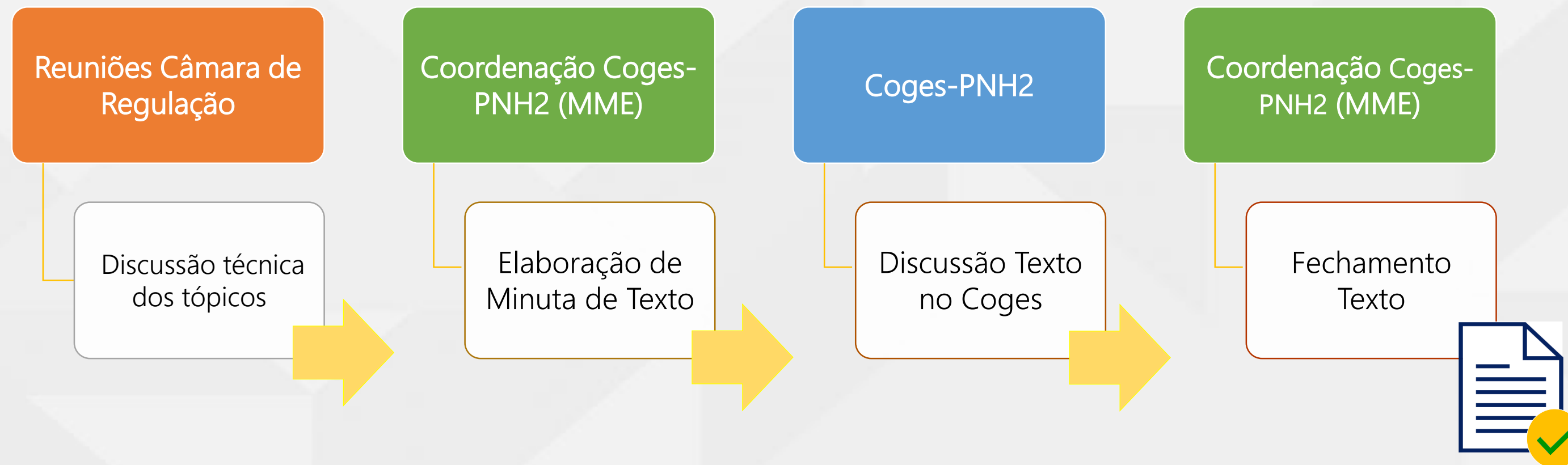
Foto: Tauan Alencar | MME

Dando continuidade às discussões para **estruturação do decreto regulamentar ao Marco Legal do Hidrogênio**, o Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), realizou, nesta quarta-feira (14/08), a 14ª reunião para receber contribuições de instituições externas nas discussões.

Representando o ministro Alexandre Silveira, o secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento, Thiago Barral, ressaltou a importância de um diálogo aberto com os agentes do setor para os trabalhos do normativo infralegal. "A estruturação do decreto para o Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono é atividade prioritária no âmbito do Programa Nacional de Hidrogênio (PNH2) e teremos uma agenda intensa de reuniões com esse foco nos próximos meses", pontuou o secretário.

O advogado Marcos Ludwig, da Veirano Advogados, apresentou aos membros do Comitê um panorama de regulação de hidrogênio em diferentes países, além de trazer pontos importantes a serem endereçados por via infralegal com uma análise das mais relevantes. O representante do escritório de advocacia

# Metodologia de discussão e contribuições



# Decreto para regulamentação discutido no Coges-PNH2





# Conceitos e Definições





# Conceitos

REMOÇÃO DE CARBONO  
PORTÃO DE PRODUÇÃO  
HIDROGÊNIO  
NATURAL  
Fronteira do Sistema  
DIÓXIDO DE CARBONO  
PORTÃO DE CONSUMO  
CARBONO DE EFEITO ESTUFA (GEE)  
VIDA  
CO<sub>2</sub> EQUIVALENTE  
DE CARBONO  
PEGADA  
DE CARBONO  
CARBONO BIOTÓGICO  
EMISSIONES DE BENS DE CAPITAL  
ESTOCAGEM GEOLÓGICA DE CARBONO  
PORTÃO DE PRODUÇÃO

conceitos

PNH2

outorga

certificação

incentivos

**PNH2**

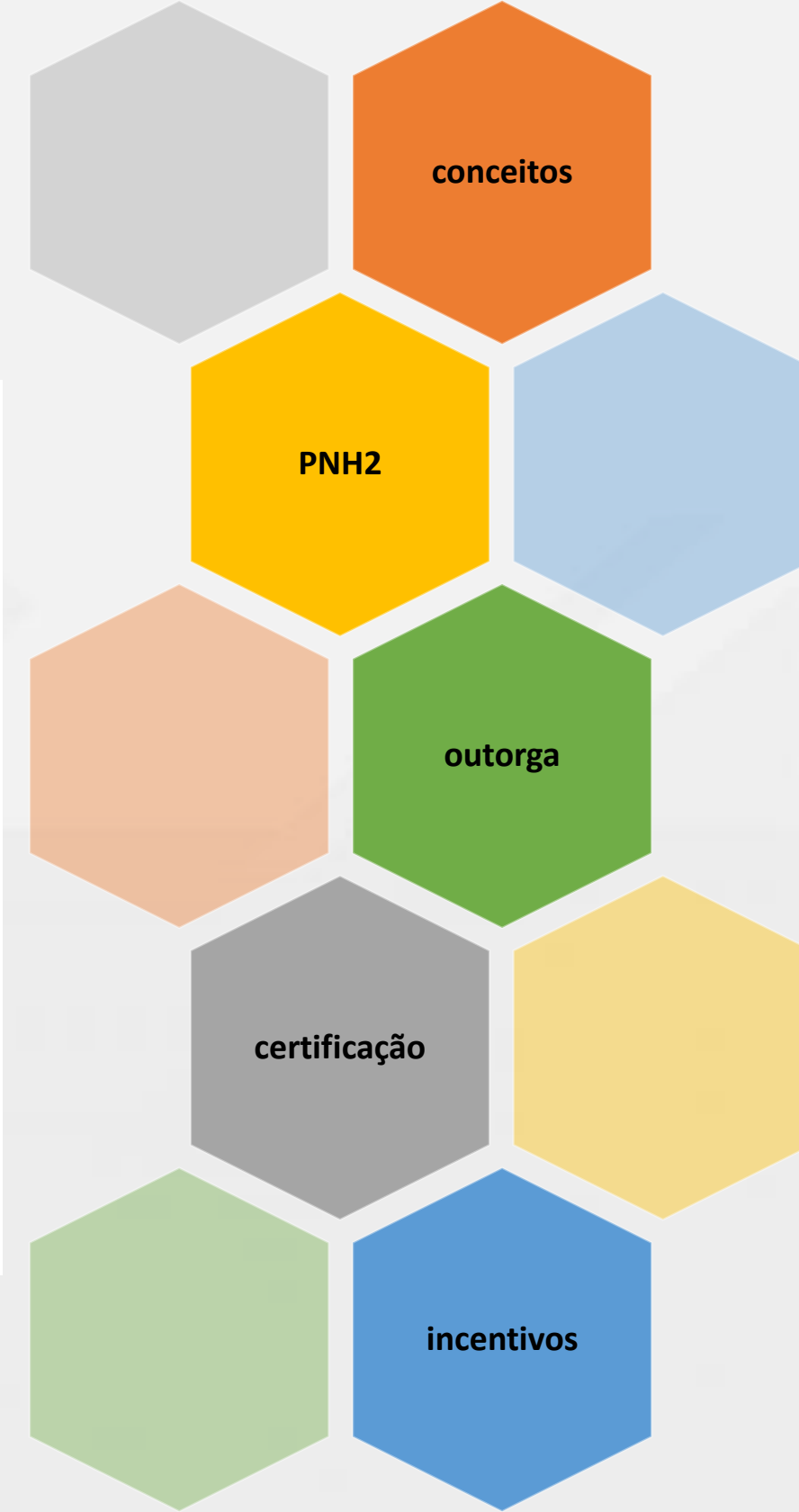
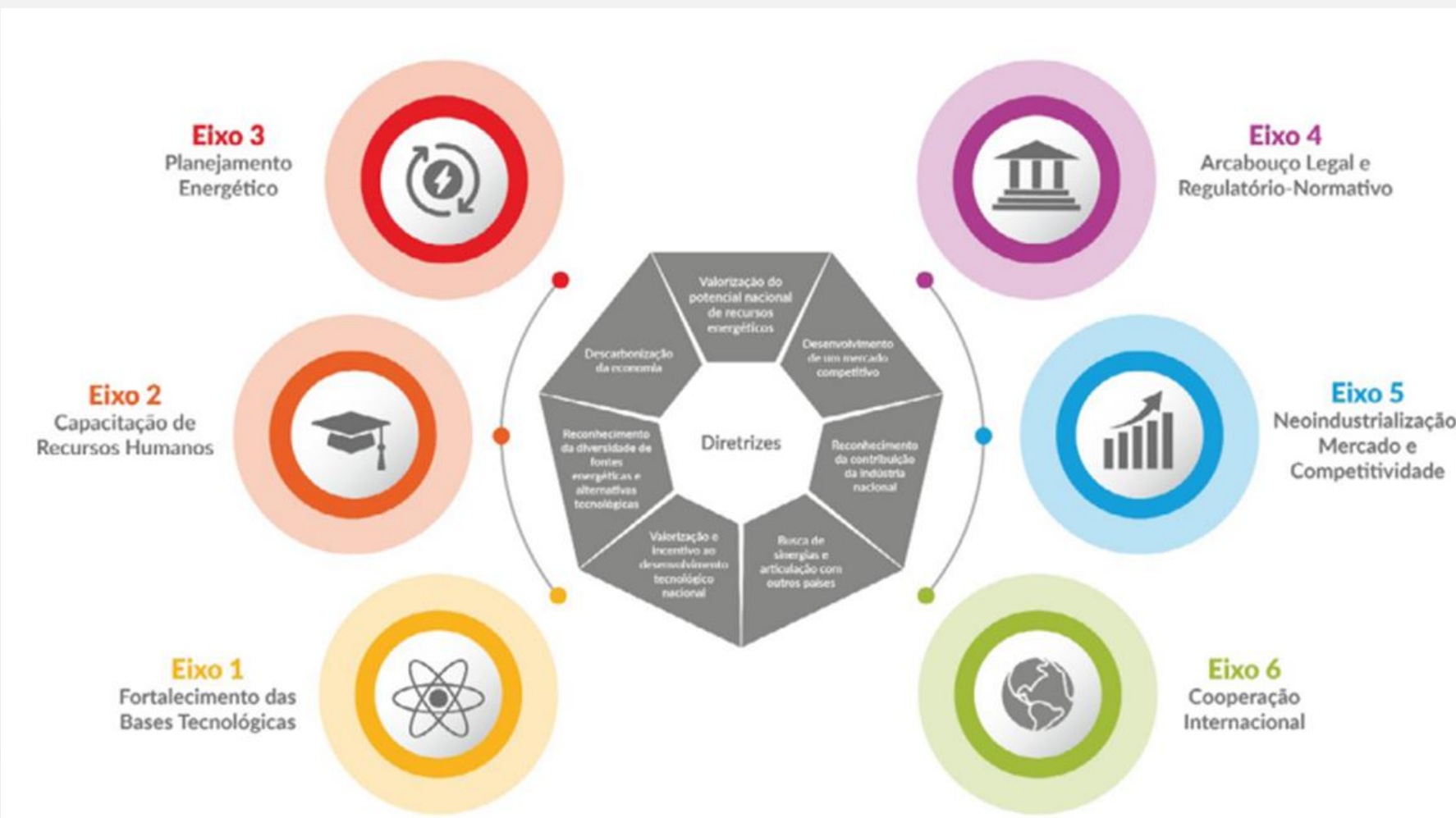




# PNH2



- ▶ Atualização em decreto de termos da Resolução CNPE que instituiu o PNH2 em 2022;
- ▶ Atualização das competências do Coges-PNH2:
  - Executar a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; e
  - Propor ao CNPE requisitos técnicos, limites e diretrizes.

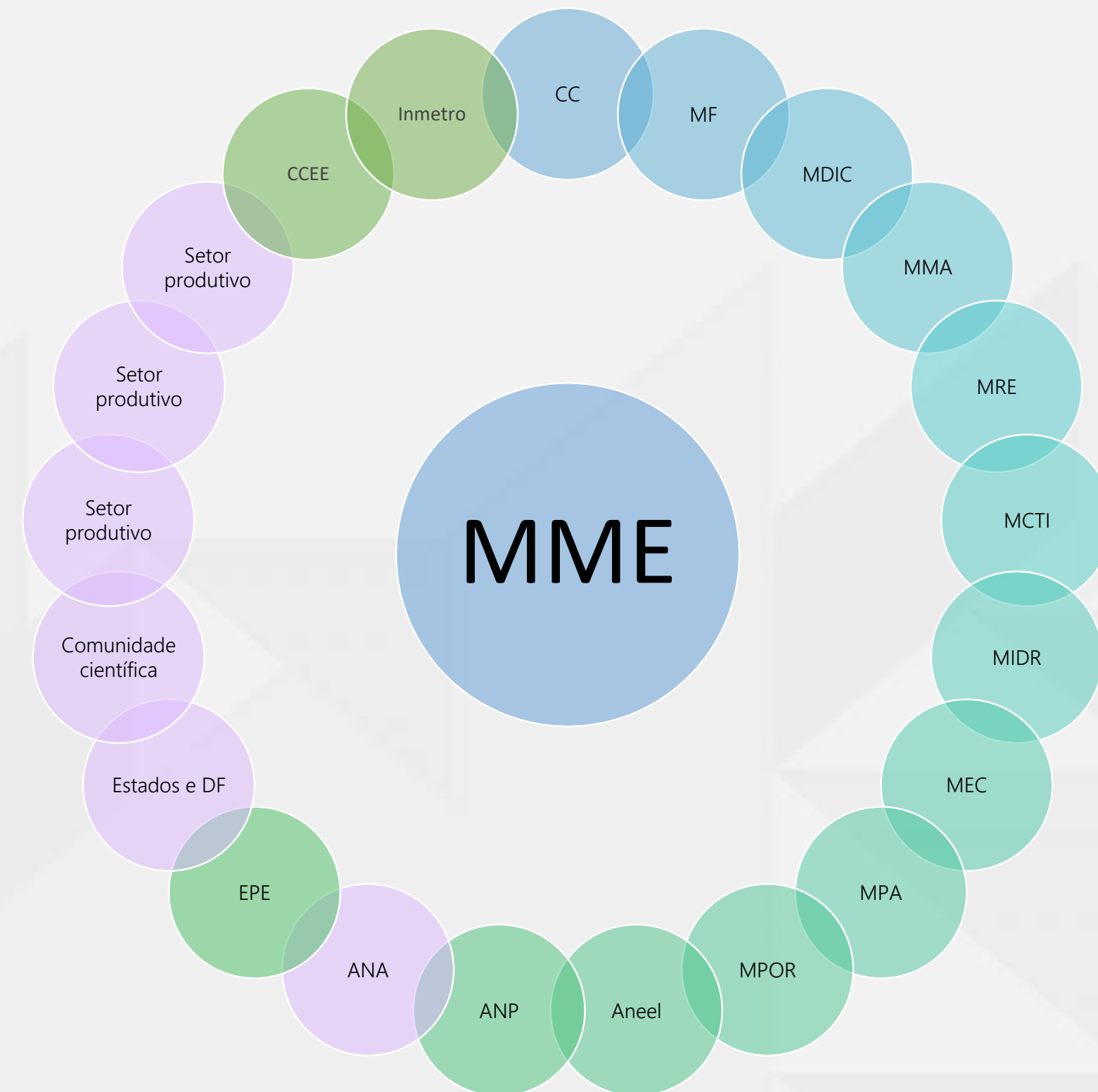


# PNH2

► Nova composição do Coges-PNH2  
(setor produtivo, academia, ANA)

- Estabelecimento do processo de indicação dos representantes, suplência, tempo de mandato e designação pelo MME.

- CCEE e Inmetro como instituições convidadas, com direito a voz, sem direito a voto





**Outorga**



# Outorga

- ▶ **ANP** com competência para **emissão da autorização** como outorga das atividades de produção para o hidrogênio de baixa emissão de carbono (*conforme definido em lei*)
- ▶ Estabelecimento das **hipóteses dispensa** da autorização
- ▶ Indicação da necessidade de **observação das competências entre as agências** reguladoras, em especial as agências federais: ANP; Aneel; ANA; Antaq; ANAC





# Outorga

- ▶ Indicação do modelo de outorga para exploração e produção do H2 natural que será adotado;
- ▶ Requisitos e critérios para normas de segurança e diretrizes de gestão de risco serão definidos pela ANP;
- ▶ Indicação de que o CONAMA poderá estabelecer requisitos e critérios para o licenciamento ambiental.



# Certificação



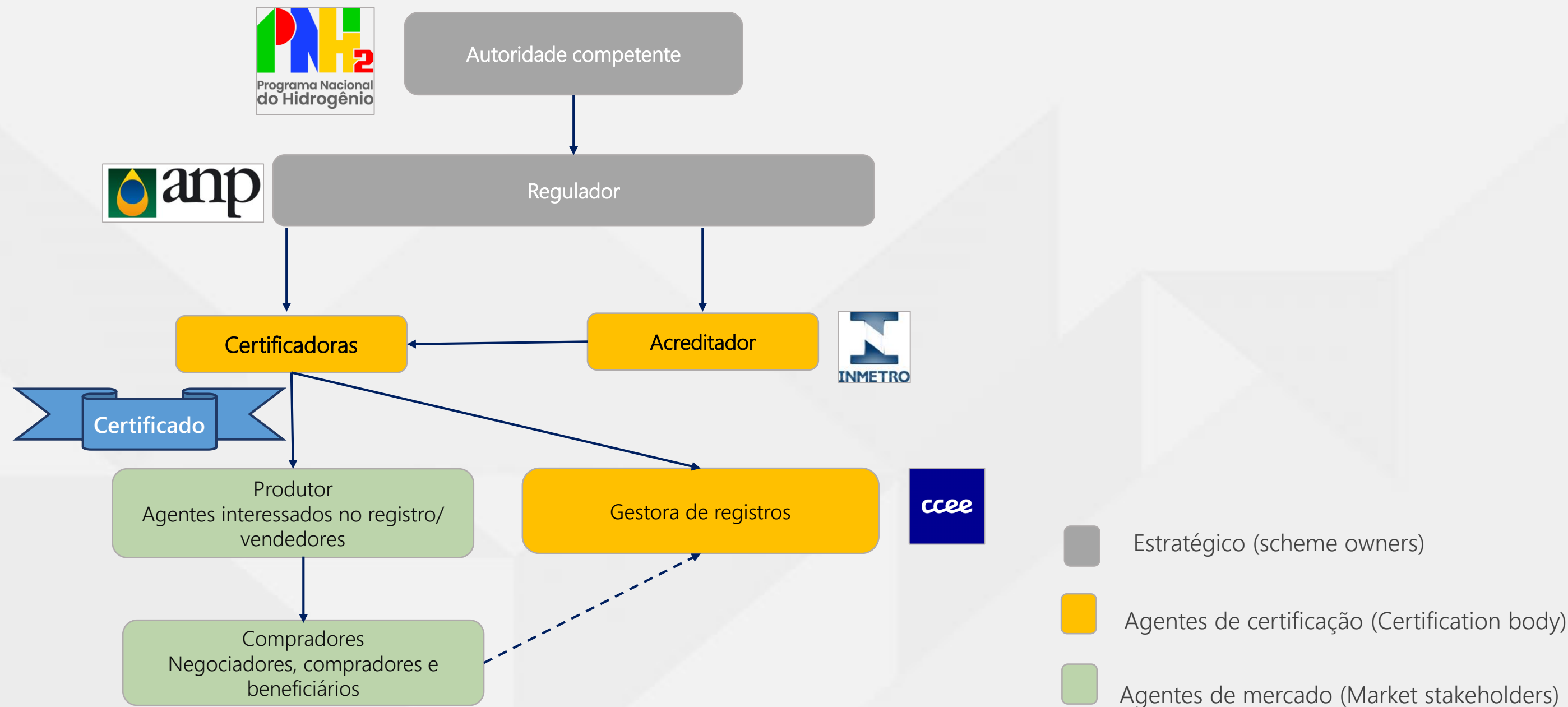


# Certificação

- ▶ Detalha o Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio:
- ▶ Definição das instituições que atuarão como:
  - Autoridade do sistema de certificação;
  - Regulador;
  - Órgão de acreditação;
  - Gestora de registro.



# SISTEMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO DE HIDROGÊNIO (SBCH2)



**Autoridade competente: orientação estratégica**

- Definir fronteira do sistema e limites de emissão para fins de classificação de hidrogênio de baixa emissão

**Regulador (certification body):**

- Define regulamentos para a implementação da estratégia
- Define e aplica sanções e penalidades

**Certificador:**

- Emite certificados
- Registra no gestor de registros (mandatório)

**Acreditador:**

- Define quais empresas podem certificar
- Revisa e valida certificações

**Gestora dos registros:**

- Registra os certificados

**Comprador:**

- Verifica a autenticidade do registro junto à gestora de registros



# SBCH2

- ▶ Complementação das competências na lei:

## Autoridade reguladora

- ▶ estabelecer os procedimentos para credenciamento das empresas certificadoras;
- ▶ auditoria dos certificados, em conjunto com a instituição acreditadora

## Gestora de registros (para evitar dupla contagem na emissão dos certificados):

- ▶ garantia da credibilidade da base de dados;
- ▶ armazenamento de informações e disponibilização de consulta aos certificados



# SBCH2

- ▶ Certificação da emissão de carbono com análise do ciclo de vida;
- ▶ O certificado deverá informar, no mínimo, a intensidade de emissões de GEE;
- ▶ A certificação deve considerar: modelo de cadeia de custódia, escopo das emissões de GEE e fronteira do sistema;
- ▶ A fronteira do sistema de certificação deve considerar a extração da matéria prima até o portão de consumo, podendo, até 2030, ser até o portão de produção.





**Próximo passos**



# Próximos passos

Compilação  
contribuições  
do workshop

Tramitação à  
Casa Civil da  
proposta de  
Decreto

Assinatura e  
publicação

Finalização em  
conjunto com o  
MFazenda do  
texto Rehidro e  
PHBC

Tramitação  
e análise na  
Casa Civil

conceitos

PNH2

outorga

certificação

incentivos



# Obrigado!

MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



Envie sua pergunta

